

Literatura e Autoridade Etnográfica: Diálogos Possíveis¹

Déborah Maria da Cunha Lima (UFCG/Paraíba)

Palavras-Chave: Escrita etnográfica. Literatura. Autoridade etnográfica.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o intuito geral de abordar aproximações entre literatura e escrita etnográfica. As discussões apresentadas consideram, principalmente, os textos elaborados por Clifford Geertz e James Clifford. Seleccionamos alguns escritos em que esses teóricos dialogam com a literatura e crítica literária, incluído, a mobilização de conceitos elaborados por Lionel Trilling, conceituado crítico literário estadunidense. De modo específico, trataremos do viés literário da escrita etnográfica, e suas consequências para as mudanças de paradigmas no campo antropológico. Geertz e Clifford, em suas construções etnográficas e teóricas, atribuem certo destaque à elaboração da escrita e ao uso de referências da literatura e teoria literária.

Inicialmente, tem-se o intuito de situar o debate etnográfico na perspectiva literária que considera as construções semânticas das narrativas, dando prioridade a dimensão da representação do real. A partir daí, aproximaremos o tema da autoridade etnográfica, ou seja, das mudanças no campo antropológico, e dos recursos de escrita e linguagem nos debates provocados por James Clifford e Clifford Geertz. Em vários momentos, eles dialogam com Lionel Trilling.

Em seguida, trataremos da autoridade etnográfica que constitui a formação da identidade do antropólogo. Tal constituição de autoridade, se firma cientificamente perante outras experiências de campo e da escrita de relatos, à exemplo dos viajantes e missionários. Assim, buscamos compreender a mudança nos recursos literários utilizados pelos antropólogos em seus relatos, bem como, o caráter editorial e as consequências na concepção da autoridade etnográfica.

No terceiro momento, abordaremos os pontos de encontro entre Clifford Geertz e James Clifford, em suas referências mais específicas com os temas apresentados por Lionel Trilling, no que concerne à literatura europeia moderna. No primeiro item, discorreremos acerca do trabalho de Clifford Geertz sobre a estética da briga de galos e a

¹ Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

imaginação moral. Após, apontaremos reflexões de James Clifford acerca da escrita do diário de campo de Bronislaw Malinowski, e da conseguinte elaboração do livro *Argonautas do Pacífico Ocidental*. James Clifford utiliza noções trabalhadas por Trilling, como as ideias de imaginação moral e desintegração do eu na experiência de campo, além das considerações acerca do caráter fictício e modelado do eu nas narrativas sobre os outros.

1. Autoridade Etnográfica e Dimensão Literária: Diálogos Possíveis

As discussões sobre a representação da realidade e a linguagem autoreferencial é um debate extenso dentro da teoria literária. A antropologia influenciou esse contexto quando, por exemplo, através de Lévi-Strauss (1967), fez-se presente no debate da análise estrutural em linguística, dando prioridade aos elementos estruturais da narração e da sintaxe. A ênfase dada a essas propriedades do discurso literário ficou conhecida como *narratologia francesa*, em detrimento de tudo que fosse referência ao real ou à semântica.

A perspectiva acima, prioriza a autorreferencialidade da linguagem e tem relação com o estruturalismo de Lévi-Strauss. Contrariamente à narratologia francesa, Compagnon cita o crítico literário Northrop Frye, e define, enquanto viés mais antropológico da teoria literária, o destaque para o caráter simbólico e semântico da estrutura literária. Compagnon utiliza a expressão: “*seguinto um viés mais antropológico*”, para resgatar a ideia de *mimesis* dentro da análise literária, bem como da construção das narrativas em sua relação com o real. Nessa perspectiva, estaria presente a capacidade de produzir totalidades significantes a partir de acontecimentos dispersos. (COMPAGNON, 2010, p.125)

Seguinto esse viés, remetemos ao que Clifford Geertz (1978) discorre na obra *Interpretação das Culturas*. Quando Geertz (1978) considera as forças culturais enquanto textos ou obras imaginativas, tal empreendimento é diferente do estruturalismo de Lévi-Strauss. Este, ao tratar os mitos, os ritos ou algum aspecto enquanto texto a interpretar, o faria não buscando compreender as formas simbólicas em situações concretas, mas em termos de sua estrutura interna.

Sobre essa perspectiva, que prioriza a construção semântica da narrativa, e aproximando ao pensamento de alguns antropólogos com interesses literários, podemos indagar: Como configurar a experiência etnográfica numa construção narrativa crível sobre a realidade de um povo? Lembremos, por exemplo, que James Clifford (2002) em

seu ensaio *Sobre Autoridade Etnográfica*, nos apresenta a relação entre a autoridade etnográfica e o processo de escrita, através de diversas perspectivas da literatura, da representação do real e da linguística.

Sobre esse processo da escrita e construção da autoridade etnográfica, é interessante como Geertz e Clifford abordam as repercussões causadas pela publicação do diário de campo de Bronislaw Malinowski. Existem dois momentos da escrita, o material bruto e o relato científico.

A polêmica publicação do diário de Malinowski foi encarada por Geertz (1997) numa perspectiva epistemológica acerca da autoridade etnográfica, refletindo sobre como o antropólogo chega a conhecer a maneira como os nativos concebem a si mesmos. A questão acima perdura, mas Geertz não introduziu o debate pelo viés do julgamento ético e da idealização moral do antropólogo. Aquela idealização, que enxerga o antropólogo como detentor da imagem mítica de cosmopolitismo e tolerância, ou ainda, como possuidor de uma extraordinária capacidade de empatia e sensibilidade.

Nesse sentido, Geertz (1997) introduziu os conceitos de experiência-próxima e experiência distante na análise antropológica e estrutura dos resultados. Se o antropólogo deseja descobrir, “*o que eles acham que estão fazendo*”, em relação ao grupo ou sociedade em que pesquisa, é preciso que percorra as experiências deles. Este caminho envolve certa ilusão de que se pode fazer isso completamente. Os conceitos de experiência-próxima que as pessoas utilizam são naturais, espontâneos, de modo que as ideias e as realidades que representam estão unidas. (GEERTZ, 1997, p. 85-107)

Nesse caso, o que o antropólogo poderia acessar, conforme Geertz (1997, p-85-107), *é por meio do quê* as pessoas percebem. Exemplificando isso, em sua pesquisa nas sociedades marroquina, javanesa e balinesa sobre o que é um “*eu*” para esses povos, Geertz (1997) observa a necessidade de analisar formas simbólicas, através das quais as pessoas representam à si mesmas e aos outros. Por exemplo, o conceito de pessoa existiria em todos os grupos sociais, essa experiência enquanto fenômeno universal, embora as noções variem consideravelmente. O que o antropólogo buscaria, seria mergulhar em experiências de outras pessoas com relação à própria concepção que elas têm do eu.

James Clifford (2002) inicia o ensaio sobre a questão da autoridade etnográfica a partir de uma ilustração comparativa dos frontispícios dos livros do Padre Lafitau e Malinowski. No que se refere à Lafitau, a alegoria é de que não haveria uma criação, mas uma transcrição elaborada dentro de um gabinete fechado. No caso de Malinowski, a representação da experiência etnográfica demarca a presença do etnógrafo no campo,

como àquele que cria. Nesse exemplo específico, o frontispício relata um fragmento da realidade trobriandesa, que é o sistema de troca kula. Compreende-se que essa autoridade do “*antropólogo presente*” nos é transmitida, enquanto leitor, através das lentes daquele que observa: “*você está lá... porque eu estive lá*”. (CLIFFORD, 2002, p.18)

O antropólogo transforma a sua experiência na experiência do leitor, e na dos trobriandeses. O que se cria, é a representação da autoridade etnográfica a partir da experiência de campo e do relato do antropólogo enquanto cientista, ou seja, o relativismo cultural de Malinowski. Essa descrição cultural sintética, contava com a legitimidade da persona do antropólogo enquanto cientista, e da sua experiência narrada como fonte unificadora no campo. O modo como essa autoridade etnográfica foi construída durante o século XX, bem como suas modificações, posterior à década de 1950, são tratadas por Clifford (2002), que explicita o surgimento de vozes outras da representação intercultural no cenário pós-colonial, transpassada por relações de diálogo e dominação.

O status privilegiado do trabalho de campo etnográfico foi formado na primeira metade do século XX, como método hegemônico, legitimado por uma autoridade cientificamente validada, diferente dos viajantes e missionários que, assim como os etnógrafos, também se apoiavam numa experiência pessoal. Conforme Clifford (2002, p.19), o trabalho de campo mantém seu status enquanto método particularmente sensível, colocando seus praticantes diante de uma experiência física e intersubjetiva complexa. Porém, após a década de 1950, tal método é “desafiado”, bem como as fantasias que envolvem esse tipo de pesquisa, pela “*escrita de outras penas*”.

Clifford (2002) analisa a imersão da etnografia enquanto tradução de uma experiência para a forma escrita, no contexto dos processos coloniais, assim como traça questões acerca do cenário de descolonização e do conseqüente descentramento da autoridade europeia. Nesse cenário, Clifford (2002, p.19) aponta as questões de heteroglossia e uma espécie de “sincretismo inventivo” nesse mundo multivocal e pós-colonial.

Para Clifford (2002), existem diferentes momentos para pensar a escrita em relação à autoridade etnográfica: muito da escrita é produzida no campo, mas a real elaboração da escrita é feita em outro espaço. Os dados são constituídos em situações dialógicas, eventos e encontros de pesquisa, mas sua apropriação se dá em outro lugar. As experiências se tornam narrativas ou exemplos. É aqui que ele compara o trabalho do

etnógrafo com o do crítico literário: organizar significados não controlados em um relato coerente, crível.

De modo interessante, Clifford (2002) descreve diferentes formas de encarar a escrita etnográfica, mas em todas, parece pontuar as limitações dessas representações do real e faz questão de destacar o papel “editorial” do antropólogo. Ao fim de todas elas, este estaria na posição de uma fonte unificadora da experiência no campo. A experiência e a interpretação seriam momentos diferentes e relacionados.

Clifford (2002) reconhece os limites da representação do real, sejam os modos experiencial, interpretativo, dialógico ou polifônico. Ainda que estes últimos sejam métodos significativos de estranhamento da autoridade etnográfica, nenhum deles seria puro, considerando que a apresentação coerente é um modo controlador da autoridade. Clifford fundamenta suas explicações em linguistas e críticos literários, a fim de elaborar considerações acerca dessas representações.

A teoria literária insere-se nesse contexto, quando Clifford discorre acerca da possibilidade de que todos esses modos, questão de escolha do etnógrafo, sejam postos às múltiplas leituras. Sendo assim, mesmo que o caráter monológico esteja presente nos relatos, sempre há possibilidade de que o leitor atribua seu próprio sentido ao texto. É aqui que Clifford cita a teoria literária recente de Barthes, esta atribui mais ao leitor que ao escritor, a função criativa de dar sentido ao texto. A impressão é de que Clifford encaixa essa teoria com a possibilidade de vozes outras e, de leituras outras, portanto.

Na teoria literária, a importância atribuída ao leitor do texto é tratada por Hans Robert Jauss no livro *A História da Literatura como Provocação à Teoria Literária*. Jauss (1994) considera o papel do receptor como momento crucial na realização de um texto. A literatura em seus efeitos, ou seja, como o público a recebe, estabelece um caráter dialético entre semântica e estética, ao considerar a importância de uma obra literária para a sociedade. Isso porque a imaginação literária é tratada pela estética como uma provocação ao leitor, interferido na imaginação moral e provocando efeitos sociais. Essa concepção, pode ser visualizada junto à ideia de uma literatura moderna mais introspectiva, que põe o leitor numa posição ativa e reflexiva, fazendo-o questionar seu modo de vida.

Clifford (2002) elabora outras comparações literárias com a escrita etnográfica, à exemplo dos romances polifônicos. Sobre esse tipo de escrita, ele destaca a capacidade que o autor tem de se mover como um deus entre os pensamentos de seus personagens, dando destaque às várias vozes presentes no texto, ao estilo de Dickens. Ainda compara

a escrita etnográfica com o estilo indireto livre de Flaubert, uma visão homogênea. E, reafirmando sua posição, deixa claro que a voz homogênea do antropólogo é algo inevitável na escrita etnográfica.

Sobre essa escrita etnográfica, Geertz (1978) acrescenta que é uma ficção. Ela seria uma espécie de interpretação de segunda ou terceira mão: fazer construção a partir da construção de outras pessoas. Uma ficção no sentido de ser algo construído, modelado, e não por ser falso ou não factual. A etnografia é a prática antropológica como forma de conhecimento, assim, Geertz compara fazer etnografia à leitura de um manuscrito estranho e cheio de incoerências.

No que concerne ao conceito de cultura, Geertz (1978) concebe a análise antropológica enquanto ciência interpretativa em busca de significados. Conforme Geertz, a cultura é pública porque seu significado é. Como experiência pessoal, a etnografia é uma forma de nos situar, algo que só é conseguido parcialmente, não pela falta de compreensão do “idioma”, mas por não conseguirmos nos familiarizar no universo imaginativo do qual os atos são marcos determinados.

A cultura é tratada por Geertz (1978) como um sistema de símbolos entrelaçados, enquanto contexto, no qual os comportamentos, as ações e instituições podem ser descritas de forma inteligível, ou seja, com densidade. Esse comportamento humano varia de significado a depender do padrão de vida que o informa, a compreensão da cultura considera sua normalidade e particularidade. As formas sociais encontram articulação através do fluxo de comportamento. Geertz critica a elaboração de representações impecáveis, onde tudo parece se encaixar.

Situar-nos num outro universo imaginativo é o que significa, conforme Geertz (1978), a experiência etnográfica enquanto experiência pessoal. E isso só é alcançado parcialmente. Formular a base na qual os antropólogos imaginam estar situados é o empreendimento científico. Na perspectiva de um conceito de cultura semiótico, a antropologia teria como objetivo primordial o alargamento do discurso humano.

Observamos desse entendimento a dimensão imaginativa, pois através da interpretação os antropólogos criam suas narrativas e lhe atribuem unidade. Isso se dá por meio da possibilidade de percorrer a experiência dos outros, tornando suas ações acessíveis e lógicas, muito embora particulares, porque dentro de suas próprias vivências. Essas descrições são antropológicas, pois estão postas num quadro de análise científico.

Como já dito, a interpretação que os antropólogos fazem são de segunda ou terceira mão, notando-se aqui, o seu caráter de ficção no sentido de algo modelado ou construído e, reafirmando que são descrições como ato de imaginação. Essa aproximação, do fazer etnográfico como ato imaginativo, pode causar descrédito quanto à objetividade de tal ciência e da autoridade etnográfica. Entretanto, quanto a isso, recordemos posições como a de Comaroff (2010), este reflete que o fazer etnográfico aproxima-se muito mais do fazer artístico do que das ciências biológicas.

Nesse contexto, Geertz (1978) faz uma interlocução interessante com a construção literária. Enquanto ato da imaginação, a descrição etnográfica seria semelhante à construção dos personagens e cenários de um romance, ele cita Flaubert em *Madame Bovary*. No caso do romance, os personagens e os acontecimentos são hipotéticos, mas na descrição etnográfica são representações aparentemente verdadeiras. Há uma diferença: uma é inventada, e outra, anotada. Entretanto, uma é tanto *fictio*, “fabricação” quanto à outra. Geertz (1978) estabelece uma analogia: a cultura, para a antropologia, existe no livro, é escrita e inscrita, todavia, a linha entre seu conteúdo substantivo e sua representação é tão intrajável quanto o é na pintura.

Essa abordagem da escrita etnográfica como ato imaginativo, nos remete a relação entre os conceitos de imaginação moral e cultura, que são trabalhadas pelo crítico literário Lionel Trilling (2014;2015). A concepção de imaginação moral é apropriada, de forma mais direta, por Clifford Geertz, em *Um Jogo Absorvente: Notas Sobre a Briga de Galo Balinesa*, do livro *A Interpretação das Culturas*, assim como em seu ensaio: “*Descoberto na Tradução*”: a história social da imaginação moral, do livro *O Saber Local: Novos ensaios em antropologia interpretativa*. Também, é utilizada por James Clifford, no ensaio “*Sobre a automodelagem etnográfica: Conrad e Malinowski*”, do livro *A Experiência Etnográfica: antropologia e literatura no século XXI*. Estes textos, e suas reflexões acerca da escrita e autoridade etnográfica, serão tratados a seguir.

Trilling (2014) faz uma análise da literatura moderna a partir da relação entre literatura e sociedade. Nesse viés, os temas da cultura e da imaginação moral são de extrema relevância em sua análise. Isso porque, a experiência literária moderna se coloca mais que nunca enquanto possibilidade de estranhamento do nosso próprio modo de vida, como um quadro invertido dos nossos valores, mas não num sentido de “exotismo” e, sim de absorção, identificação. Por exemplo, se você não cometeu parricídio, percorre a perturbadora experiência de um personagem que assim o fez, lendo *Os Irmãos*

Karamazóv, de Dostoiévski. Você nunca abandonou seu marido, sua vida estável e foi morar com um estranho que conheceu numa pousada, mas você pode ler o conto *Obsessão*, de Clarice Lispector.

2. Os “nãos- constitutivos da identidade do antropólogo”: Dimensão Literária

O título acima, foi retirado de James Clifford (2002) quando pontua quais são os “*nãos constitutivos*” da identidade do antropólogo, ou seja, o que ele não é. Estes *nãos constitutivos* podem ser citados aqui: ele não é missionário, não é representante do governo, não é escritor de viagem. Investigando essas fronteiras, Clifford se interessa por polemizar o que se “deixa de fora” ao constituir essa identidade. Dentre esses *nãos constitutivos* dos antropólogos, interessa-nos a perspectiva literária que se refere aos dos escritores de viagem e missionários. Segundo Clifford (2002), esse afastamento das fronteiras disciplinares dos *nãos constitutivos* da identidade do antropólogo, à exemplo dos “*nós não somos viajantes, nós não somos missionários*” teria como efeito, a exclusão da dimensão literária na escrita etnográfica. Assim, a representação subjetiva, que faz parte dos escritos de viagem, não era bem vista num tipo de etnografia clássica. Essa representação subjetiva e retórica, na qual as pessoas falam sobre impressões sensíveis, uso da primeira pessoa do singular, que demarca a presença do escritor no texto, dentre outros recursos literários.

Nesse sentido, podemos exemplificar com Comaroff (2010), quando este discorre sobre as cartas dos evangelistas sul-africanos que passavam por um processo editorial antes de serem mostradas ao público específico. Muitas vezes suprimindo ambiguidades, dúvidas, sentimentos, angústias na escrita etc.,. Elas eram modificadas de acordo com a pretensão da mensagem a ser transmitida pelo “imperialismo humanitário”. Sugere Comaroff sugere que uma etnografia desses arquivos e discursos mostra o fluxo caótico, por exemplo, da experiência missionária, percebendo-a além dos “traços literários” ou da “narrativa explícita”.

Há um processo de elaboração escrita semelhante, quando comparamos o diário de campo de Malinowski e a publicação do *Argonautas do Pacífico Ocidental*. É curiosa a forma como os fatos são construídos no livro, a construção da narrativa como relatos críveis com alguma intenção. O que se deixa de fora nesse processo, e o que permanece, é interessante para pensar a representação do real e, no caso, da autoridade etnográfica.

O experimentalismo na escrita, que passou a questionar uma etnografia clássica, pode ser visto, para Clifford (2002), como retorno aos escritores de viagem que foram afastados da antropologia. Tais escritos, podem dizer muito sobre relações de poder no campo, muito embora isso não signifique afirmar que a verdade etnográfica estivesse contida no material bruto das anotações de campo. O interessante, seria renegociar essas questões literárias de retórica e práticas, as quais foram afastadas por uma necessidade que a etnografia teve de se firmar cientificamente e ter o campo enquanto espaço controlado, durante o início do século XX.

A dimensão literária, conforme Clifford (2002, p. 264) seria pensada nos seguintes termos:

Trata-se da constituição literária e retórica dos fatos no mesmo nível de sua facticidade. Trata-se de pensar esses fatos como já constituídos em termos narrativos, objetos já historicizados através do processo de condensação retórica e estruturação narrativa. Em outras palavras, os fatos vêm já narrados e são então renarrados no processo de interpretação consciente.

Essa perspectiva, considera relevantes questões de retórica dando certo destaque ao posicionamento do sujeito autor dentro do texto etnográfico, sendo os processos de representação desse sujeito enquanto constitutivos da realidade. Da relação dicotômica subjetivo-objetivo, Clifford (2002) chama atenção para as posições intermediárias entre os dois polos.

A partir dessa experiência, pode-se pensar questões interessantes sobre a autoridade etnográfica e a dimensão literária. Questiona-se como é possível que, as interpretações culturais produzidas pela etnografia, passem de uma experiência incontrolável a uma escrita legítima e coerente sobre o outro. E, ainda, como essa relação intersubjetiva complexa, e atravessada por relações de poder, se transforma num relato aceitável produzido por um autor.

O modo como no início do século XX o trabalho de campo é posto como condição para um estudo antropológico sério, tem como marco o novo modelo do antropólogo-etnógrafo aos moldes do relativismo cultural malinowskiano, conforme Clifford (2002, p. 26) “Malinowski nos dá a imagem do novo “antropólogo”: acocorando-se junto à fogueira; olhando, ouvindo e perguntando; registrando e interpretando a vida trobriandesa”.

Nesse contexto, a questão retórica e os artifícios literários tornam-se centrais em *Argonautas*, quando Malinowski se preocupa em transmitir o relato dos fatos como algo

crível e objetivo do ponto de vista científico, não enquanto criação subjetiva. Os recursos e artifícios literários servem para transformar a experiência do etnógrafo na experiência do leitor, Clifford (2002, p.26) cita a análise de Stocking sobre esses artifícios: “suas construções narrativas envolventes, o uso da voz ativa no “presente etnográfico”, as dramatizações encenadas da participação do autor em cenas da vida trobriandesa.”

Essa relação entre experiência de vida intensa (no trabalho de campo) e análise científica, surgindo como o método da observação participante, embora tenha sido questionada no contexto pós-colonial, ainda é um traço importante da antropologia. Conforme Clifford (2002), a subjetividade complexa desses processos é reproduzida na escrita e na leitura etnográfica. Tal observação participante, pode ser considerada em termos dialéticos entre a experiência e a interpretação, ambas utilizadas para demonstrar a autoridade etnográfica.

De acordo com Clifford (2002, p.34), quando esse método emerge, outros contextos são privilegiados na pesquisa, quais sejam: a narrativa do pesquisador de campo que adentra um território estranho, ele observa, interage com as pessoas e, a partir dessa experiência, estabelece uma autoridade ao transformá-la numa escrita unificada. Essa escrita, é a passagem de uma experiência complexa para um relato: “*que tanto obscurece quanto revela.*”

O etnógrafo, ao adentrar numa cultura estrangeira, é afetado em sua forma de compreender os outros, justamente, por não coexistir naquele mundo partilhado. Comportamentos, falas, crenças são retirados do seu campo imediato discursivo e são escritos num *corpus* potencialmente significativo, no momento em que são textualizados, assumem uma relação com seu contexto: “*locus* intensamente significativo de tal cultura”. Esse é o processo no qual as partes são relacionadas ao todo, e ao todo chamamos de cultura, uma relação necessária entre texto e mundo. O mundo entendido através de suas partes, que são separadas do fluxo da experiência. A textualização isola e depois contextualiza um fato ou evento. O discurso está relacionado ao sujeito e na textualização ele ganha certa autonomia, o que se segue é a interpretação, esta independe da interlocução. Clifford destaca que a distinção desses momentos é muito importante para a etnografia. (CLIFFORD, 2002, p. 39)

O etnógrafo vai embora levando textos para interpretação e formação de um retrato posterior, a interpretação não é o momento da interlocução. Os dados obtidos no campo são apropriados através da textualização, é assim que “as experiências tomam-se narrativas, ocorrências significativas ou exemplos”. A interpretação das formas culturais

como modelo de leitura textual, surge com a possibilidade de crítica a algumas conclusões ingênuas sobre a autoridade experiencial. Isso envolve o processo criativo da construção das narrativas, descrições etc., ou seja, saber como esse objeto é construído e tratado como significativo. (CLIFFORD, 2002, p.38 e 39)

Vejamos abaixo o ensaio de Geertz sobre história social da imaginação moral que é iniciado apresentando um relato de viagem.

2.1 Escritos de viagem e Imaginação Moral

Outro ponto de encontro sobre os escritos de viagem e a escrita etnográfica, é o ensaio de Clifford Geertz (1997) sobre a história social da imaginação moral. Geertz inicia seu ensaio citando uma passagem escrita pelo mercador e viajante Helms, o qual narra o ritual balinês do sati. Ao citar tal trecho, ele afirma que a personalidade deste homem parece ter saído diretamente das páginas do livro *O Coração das Trevas*, de Joseph Conrad. Aqui, Geertz revela a afinidade com o crítico literário Lionel Trilling (2014;2015) em destrinchar o relacionamento entre cultura e imaginação moral.

Geertz (1997) demarca o ponto de encontro entre a escrita etnográfica e a literatura moderna: a mistura de beleza, horror e poder entrelaçam aspectos da arte, realidade e moral como configurações da história social da imaginação moral. Ele afirma que essas características podem ser tanto observadas no sati, quanto nas páginas de um livro como aquele de Joseph Conrad.

Esse ritual fala algumas coisas e se cala sobre outras, a experiência de coisas tão exóticas, e de uma literatura pessoal. Geertz (1997) utiliza como gatilho para o tema do seu ensaio, os percalços que Trilling elencava sobre as possibilidades e limitações de ensinar Jane Austen para seus alunos nos anos 1970: as similaridades de nós mesmos e pessoas de tempos e lugares remotos são mais profundas que as diferenças, com o cuidado histórico e treinamento acadêmico, os produtos de sua imaginação podem ser úteis para nossa vida moral.

A posição de Geertz (1997) é de que as diferenças são mais profundas que um humanismo do tipo homens são homens, ou de um relativismo acentuado. Os produtos significativos da imaginação como testemunhos da crença de que somos todos iguais, e da desconfiança de que não somos.

Há ambiguidades e instabilidades no texto de Helms, e isso nos deixam inseguros de nossa própria opinião sobre o ritual. Além das instabilidades do próprio texto, surgem outras, a partir da colisão entre estas e a própria cultura do narrador, mesmo sendo seduzido pelo ritual que observa, ele deixa a marca de suas impressões e julgamentos.

Helms faz analogias entre o ritual do sati com a beleza e crueldade que fascinaram escritores como Baudelaire, isso o deixa confuso sobre o que sentir, entre a sensibilidade estética e ética. Ficamos fascinados com a transmissão de beleza do ritual e ao mesmo tempo ele nos passa o horror. Ao final, Helms transforma a opressão da mulher em argumento a favor do imperialismo.

Neste ensaio, Geertz (1997) nos explicita que as certezas do imaginário liberal são desafiadas e colidem no texto. Nele, não só os balineses e Helms nos parecem moralmente elusivos, mas nós também, quando lemos. A descentralização da percepção como capacidade imaginativa, ou seja, a produção imaginativa de outros povos, não deixa a nossa vida moral mais simples, ao contrário, as incertezas se multiplicam numa espécie de perda de bem-estar interior. Trilling (2014;2015) apresenta que essa é uma das características da literatura moderna, essa perda de bem-estar interior, essa provocação que nos faz mergulhar em nossa própria vida moral. O tipo de história social da imaginação moral que um etnógrafo produz é: “penetrar neste emaranhado de implicações hermenêuticas, localizar com alguma precisão as instabilidades de pensamento e sentimento que ele produz, e colocá-las em uma moldura social.” Não com o intento de remover as instabilidades, mas de organizá-las num contexto inteligível. (GEERTZ, 1997, p. 51)

Geertz utiliza um exemplo literário para interagir com o pensamento antropológico que desenvolve acima, e escolhe o livro *A Grande Guerra e a Memória Moderna*, de Fusel. A literalidade da vida real é o tipo de fantasia coletiva que apropriamos em nossa consciência comum, o passado recapturado, ou algo que nos é estranho, é interpretado: “das intimidades de um tipo de vida para as metáforas de outro”. (GEERTZ, 1997, p.54)

As comparações que Geertz (1997) leva a cabo sobre as curiosidades artísticas que os balineses despertaram no ocidente, considera tanto a perspectiva de uma vida totalmente estética e o ideal do nobre selvagem, quanto às imagens de brutalidade, ódio e perversão, todas ligadas ao aspecto da criatividade. Mais uma vez citando Trilling, Geertz (1997, p. 59) finaliza seu ensaio com uma reflexão interessante: “Como é que as criações de outros povos podem ser tão próximas aos criadores e, ao mesmo tempo, e tão profundamente, uma parte de nós”.

3. Escrita etnográfica e Literatura moderna

3.1 Sobre a Briga de Galos Balinesa

Em sua pesquisa sobre a briga de galos balinesa, é interessante notar a aproximação de Geertz (1978) com a estética em sua análise. Ele considera a briga de galos enquanto jogo e forma de arte, extraindo aspectos interessantes para um diálogo com os debates literários da época. Ressalta-se a relação com o crítico literário Lionel Trilling, já que Geertz destrincha várias questões acerca da imaginação moral dos balineses.

O fato de que a arte não tem compromisso com a moral depreende-se da leitura de Trilling (2014;2015). O aspecto ressaltado pela briga de galos, estaria relacionado com essa espécie de jogo com os valores morais da sociedade. Sendo assim, a briga de galos tornaria compreensível a experiência comum, provocando sentimentos ao nível da simples aparência, brincando com o status e valores sociais. Para Geertz (1978), a briga de galos expressa, em atos e objetos, à experiência da vida comum balinesa, sendo reduzida de suas consequências práticas.

Geertz (1978) compara que a briga de galos provoca o mesmo que uma leitura do *rei Lear* de Shakespeare, e de *Crime e Castigo* de Dostoiévski fazem, ou seja, assume temas de outras pessoas em outras situações, para que sentimentos repudiados socialmente sejam construídos numa ficção, tornando-os reais e significativos como forma de expressão e exibição das paixões. A briga de galos seria como exemplo da vida balinesa, “preparado cuidadosamente”, presentificado. É interessante este último caráter estético da briga de galos, como se ela possuísse certa autonomia em relação à forma de vida balinesa, ainda que ligada a ela, porém, vivendo seu próprio presente. Ligada a ela, porque reafirma valores que também são parte daquela sociedade: como a sua própria violência.

Outra qualidade que Geertz (1978) destaca na briga de galos é a inquietação que ela provoca, justamente, por tornar tátil uma dimensão da imaginação balinesa que é obscurecida normalmente. Por exemplo, o quanto a agressividade presente na briga de galos parece ser, também, uma reversão do modo de vida balinês. É nesse sentido, que Geertz (1978) caracteriza os valores morais balineses cotidianos: o caráter de dissimulação, do comportamento polido, reprimido e que evita o conflito aberto. Assim, a briga de galos se interpretaria como uma representação da vida da forma mais indesejada para eles. A inquietude provocada pela briga de galos, ressalta Geertz, seria

uma dimensão de, não como as coisas são na realidade, mas de como elas podem ser na imaginação. Aqui, entra a ideia da máscara.

Essa questão da máscara é trabalhada por Trilling (2014) ao tratar extensamente sobre o tipo de literatura moderna europeia, considerando os valores da sinceridade e autenticidade em sua relação com a vida social. Essa literatura, teria como característica uma necessidade de rasgar o véu da polidez e da urbanidade.

Citando Erving Goffman na *Representação do eu na vida cotidiana*, Trilling (2014) extrai esse aspecto da capacidade do sujeito de apresentar seu eu, modelando-o no palco social. A máscara, enquanto forma de arte, possibilitaria ao artista vivenciar os aspectos mais indesejados socialmente. Também, na briga de galos, Geertz afirma que os balineses utilizam uma máscara animal, e essa máscara revela aspectos da vida social deles. Esse tipo de literatura moderna que Trilling (2014) expõe, busca o choque e o absurdo na construção do cotidiano. A arte como forma de inquietação, mas também uma performance.

Outro tema que Trilling (2014) trata sobre a literatura moderna, e que podemos relacionar com a briga de galos balinesa é a ideia de epifania. Ela parte da noção de que a existência humana é formada, basicamente, por tédio e trivialidade em seu cotidiano, sendo desvitalizada pelo hábito e pela necessidade da vida prática. A epifania é a ideia do espírito manifestado, essa transfiguração do ordinário. Na perspectiva de Goffman (2008), o sujeito é ativo na produção da realidade e também a interação o produz. Socialmente, não basta ser, tem que parecer ser. O que escapa ao sujeito ao nível da vida “automatizada”, seria onde residem os valores morais caros à sociedade.

As atitudes automatizadas estão ao nível das inferências da vida prática, mas é possibilitado ao sujeito brincar com esses valores morais, que remete ao que acontece nessas formas de arte ou na briga de galos. Seguir impulsos pode representar aniquilamento da vida social, porém, esses impulsos coletivos também têm o intuito de religação do social, de assimilar sentimentos fundantes e repulsivos presentes naquela sociedade. Como se, através do contraste, tivessem a percepção dos valores morais que são estimados socialmente.

Geertz, (1978, p. 317) ao valorizar o enfoque da análise das formas culturais enquanto paralelo à penetração de um texto literário, destaca a briga de galos como estrutura simbólica coletiva que necessita de uma interpretação. Considerar que as forças culturais podem ser tratadas como texto e, no caso em questão, da briga de galos, significa salientar “sua utilização da emoção para fins cognitivos.” Geertz caracteriza o aspecto

sentimental da briga de galos, como se ela fosse um tipo de “educação sentimental para o balinês.”

Em alusão a outro crítico literário, Geertz (1978, P. 317) cita Northrop Frye: “quando vamos assistir a algo como Macbeth é porque desejamos saber como um homem se sente “após ganhar um reino, mas perder sua alma”. Este paralelo, é para exemplificar que os balineses vão à briga de galos para saber como se sente um homem, habitualmente comedido, quando é atacado e levado aos níveis de triunfo ou de fúria. Ao colocar em foco as experiências variadas da vida cotidiana, a briga de galos permitiria ao balinês verificar a dimensão da sua própria subjetividade e imaginação.

3.2 Malinowski e o diário das trevas

Como vimos, o início do século XX é tratado por James Clifford (2002) enquanto surgimento de uma nova subjetividade etnográfica, junto ao aspecto da profissionalização do trabalho de campo. Essa noção do descentramento do mundo, ou seja, capacidade de estar na cultura e observá-la, influenciará a arte e a escrita deste século e, também, a ambiência das discussões sobre a noção de senso moral: a verdade e a mentira numa perspectiva cultural. Nesse contexto, o etnógrafo modela sua imagem autorizada a representar outros eus, e a acreditar na verdade de mundos diferentes através da ficção deliberadamente acreditada. Daí que se verifica um eu como ficção, produzido enquanto artefato cultural. A dimensão de diferentes conceitos de cultura e uma preocupação no século XX com o contexto de significado e identidade.

Clifford (2002) denomina de *mundo heteroglossia*, onde se torna difícil atribuir identidade e significado a uma linguagem e cultura coerentes. A preocupação de Clifford (2002) não é com a dissolução de uma subjetividade ancorada na cultura e na linguagem como forma de identidade. Por isso, ele se interessa por Conrad e Malinowski, duas pessoas que representaram o cosmopolitismo e fabricaram suas versões de certo e errado num sentido cultural. Ficcionalidade séria que assumiram.

No que concerne a Malinowski e a questão da representação literária, é interessante notar os dois experimentos com a escrita contidos no diário e nos Argonautas, ambos enquanto relatos parciais. Não que a verdade estivesse contida no diário, mas analisá-lo como forma de encarar o trabalho de campo, que é atravessado por ambivalências, a confusão que o diário representava na escrita em detrimento da postura compreensiva apresentada no Argonautas.

Clifford (2002) compara o diário com os temas presentes no coração das trevas: Um homem branco, em lugar de fronteira contra a dissolução moral de um eu constituído

na civilização ocidental, daí que o *Argonautas* se apresentaria como sua ficção salvadora. A voz de Malinowski em constituir uma ficção realista, acreditando nessas verdades parciais para estabilizar este eu. Observa-se que até o lugar de escrita do *Argonautas* é outro.

É interessante a denominação do *Argonautas* enquanto ficção salvadora dessa dissolução moral e da crença deliberada nesta ficção. A posição etnográfica de Malinowski é da voz estabilizadora, que acredita em verdades parciais e se quer crível. Clifford (2002) faz comparação com o escritor Joseph Conrad, enquanto este tem uma postura irônica quanto as crença nessas verdades e na representação cultural, Malinowski precisa construir ficções culturais realistas.

A comparação de Clifford (2002) entre eles, considera as situações subjetivas complexas as quais estavam imersos, tendo sua solidão preenchida por outros povos e sotaques. A multivocalidade representa diversas tentações, nesse contexto, Clifford traz aqui o tema do trabalho que serve para estabilizar este eu, no qual aborda a questão da sinceridade de uma personalidade unificada. O trabalho de Malinowski era com relação aos estudos antropológicos e sua obsessão ao lembrar-se da civilização ocidental, já o trabalho de Marlow, no *Coração das Trevas*, era com o barco e o livro técnico que encontrara, assim. Esse tipo de centralidade funcionava como um ponto estabilizador dessas personalidades, que estavam em contato com outras tentações.

Certa ambiência de uma personalidade ética é alcançada através do trabalho. Ambos representam homens brancos na fronteira, em lugares de perigo e desintegração, o que emerge contra isto é o trabalho disciplinado, e o imaginário do cumprimento do dever. Essa ideia do dever está contida em Trilling (2014), quando ele analisa o fim do período vitoriano, que colocava a ideia de dever contra a desintegração da modernidade. Clifford (2002) nos lembra da autoridade e da ficcionalidade que a forma narrativa do *Argonautas* encena. O problema literário do ponto de vista autoral, e o imperativo de que todo romance encena uma inteligência controladora, era preocupação de Malinowski. A estrutura ampla, composta de múltiplas perspectivas e vozes, resolve a crise de sinceridade do *Argonautas*.

Clifford (2002) nos mostra que quando o eu enxerga que a sua cultura, enquanto base de sua personalidade estável, se torna visível como objeto e base, um significado entre outros e uma ficção coletiva, é provável que este eu passe a ter uma identidade mediada. Essa construção do eu era tanto artificial quanto moralmente séria, ao final do diário, Malinowski fala: “eu não tenho uma personalidade genuína”.

Sobre essa declaração de Malinowski como não tendo uma personalidade genuína, é visível um ponto de encontro com a análise de Trilling (2014) sobre a literatura moderna ocidental. Seus estudos literários e sociológicos acerca da alma honesta e da consciência desintegrada, esta última enquanto imaginário moral e característica acentuada da literatura moderna.

Para Clifford (2002), Malinowski resgatou um eu da depressão e da desintegração, assim como Conrad, através da escrita. Há uma região de similaridade entre o *Diário* e o *Coração das Trevas*, a comunhão desejada é o encontro com uma subjetividade, a construção de um mundo ficcional é um caminho além da fragmentação, daí a construção de uma ficção realista de *O Argonautas*. Clifford (2002) compara que em romances e em etnográficas o autor encena um mundo acreditável através de discursos e cenas.

Ainda sobre a produção escrita do *Argonautas* Clifford (2002) indaga: o que foi deixado de lado na construção da ficção e no processo de atribuir coerência? Para ele, não é a questão da retórica que está presente nesta obra que se torna a voz estabilizadora, mas o próprio processo de resgatar, de inscrever uma cultura. Esse processo de ajustamento, selecionar e deixar de fora é uma omissão e criação, os fatos são narrados e contextualizados. Isso significa evidenciar o senso de status modelado das descrições etnográficas, um eu posicionado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos a influência de Lévi-Strauss na análise da estrutura interna da narrativa e na teoria literária, porém, diferente dessa perspectiva, priorizamos o caráter semântico. Esta perspectiva, considera questões da representação do real e da constituição do relato crível em sua relação com a autoridade etnográfica. Sendo assim, nos interessamos pelos debates provocados por James Clifford e Clifford Geertz, já que ambos trazem à tona algumas perspectivas da crítica literária da época, principalmente, o diálogo com Lionel Trilling.

Ainda sobre a questão da escrita e autoridade etnográfica citamos a publicação do diário de Malinowski para abordar questões que envolvem a criação do relato antropológico e a autoridade experiencial. Parece-nos, que Clifford, mesmo chamando atenção para o caráter editorial dos modos experienciais, interpretativos, dialógicos e polifônicos, insere a teoria literária de Barthes para justificar a importância do papel do leitor em atribuir sentido ao texto e, portanto, do estranhamento da autoridade etnográfica.

No que concerne à identidade do antropólogo e a autoridade do campo, pensamos nas dimensões literárias e representações subjetivas que foram afastadas de uma etnografia clássica, com a intenção de demarcar a objetividade dessas ciências. Por isso comparamos alguns relatos de viajantes, e percebemos que esses relatos dizem muito sobre práticas negociáveis no campo, relação de poder e a posição do sujeito autor.

Ainda sobre os relatos de viagem, registramos a relação que Geertz estabelece entre a literatura moderna e a escrita de Helms sobre o ritual do sati. Aqui, ele fala sobre a dimensão da imaginação moral contida tanto em relatos como estes, quanto num livro como o de Joseph Conrad. Há espaço também para temáticas abordadas por Lionel Trilling, no que se refere à possibilidade de que uma obra se apresente tão próxima dos seus criadores, e tão similares a nós mesmos, a partir dessa questão da criatividade e imaginação.

No que concerne aos pontos de encontro entre a escrita etnográfica e a literatura moderna, destacamos o diálogo que James Clifford e Clifford Geertz estabelecem com Lionel Trilling, trazendo temas abordados por este crítico para pensar questões antropológicas, como é o caso de Geertz na briga de galos balinesa e James Clifford sobre a escrita de Malinowski e Joseph Conrad.

É interessante notar a constituição estética da briga de galos balinesa em Geertz, comparando-a com a dimensão da arte e do jogo, enquanto experiência de vida daquela sociedade, mas que ao mesmo tempo está fora dela e é religada à ela. Isso ocorre quando a dimensão da imaginação balinesa ganha contorno tátil, sem propriamente consequências práticas, ou mudanças no status daquela sociedade.

Observa-se uma relação importante entre os momentos da experiência, da escrita, da interpretação e representação literária do real, feitas em diferentes contextos conforme esquemas valorativos próprios. Clifford compara a escrita do diário de Malinowski com os temas presentes no *Coração das Trevas* e é muito interessante o modo como faz isso, dialogando com Trilling e a questão da imaginação moral.

Clifford chama atenção para a preocupação de Malinowski com a dissolução da sua personalidade por estar longe da civilização ocidental, temas estes presentes em seu diário. Desse modo, estando às voltas com as verdades e mentiras de fronteiras, ele perpassa inevitavelmente uma identidade mediada, atravessando perturbadoras tentações quanto a sua integridade moral, daí que a ficção salvadora e realista de Malinowski seria a obra *Argonautas*, enquanto Conrad mantém uma postura irônica quanto a crença nessas verdades. A voz estabilizadora que o *Argonautas* encena inscreve e resgata um eu de sua

desintegração, temática trabalhada por Trilling como “consciência desintegrada”, característica acentuada de uma literatura ocidental europeia.

REFERENCIAS

CLIFFORD, James. Sobre a Autoridade Etnográfica. In: **A Experiência Etnográfica: antropologia e literatura no século XXI**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

_____. Sobre a automodelagem etnográfica: Conrad e Malinowski. In: **A Experiência Etnográfica: antropologia e literatura no século XXI**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

_____. As fronteiras da antropologia, entrevista com James Clifford. In: **A Experiência Etnográfica: antropologia e literatura no século XXI**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

COMAROFF, Jean; COMAROFF, John L. **Etnografia e Imaginação Histórica**. In: Revista PROA, nº 2, vol. 1. Campinas: Unicamp, 2010.

COMPAGNON, Antoine. **O Demônio da Teoria: literatura e senso comum**. Trad. Cleoniece Paes Barreto Mourão; Consuelo Fortes Santiago. 2ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

GEERTZ, Clifford. Descoberto na Tradução: a história social da imaginação moral; Do Ponto de Vista dos Nativos. In: **O Saber Local: Novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis: Vozes, 1997. Cap. 2 p. 41-59.

_____. Do Ponto de Vista dos Nativos. In: **O Saber Local: Novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis: Vozes, 1997. Cap. 3, 85-107.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: Por uma teoria interpretativa da Cultura. In: **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. Cap. 1, p. 13-41.

_____. Um Jogo absorvente: Notas sobre a briga de galos balinesa. In: **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. Cap. 9, p. 279-321.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

JAUSS, Hans Robert. **A História da Literatura como Provocação à Teoria Literária**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

LEVI-STRAUSS, Claude. A análise estrutural em linguística e em antropologia. In: **Antropologia Estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967. cap. 2, p. 45-70.

TRILLING, Lionel. **Sinceridade e Autenticidade: A Vida em Sociedade e a Afirmação do Eu**. São Paulo: É Realizações Editora, 2014.

_____. Costumes, Moral e Romance. In: **A Imaginação Liberal: Ensaios sobre a Relação entre Literatura e Sociedade**. São Paulo: É Realizações Editora, 2014. Cap. 12, p.249-265.